

Procedimento com anúncio N.º 05/00001.73/2018

**Concessão de Exploração de Máquinas de Venda Automática
no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.**

Serviço de Compras, Unidade de Santa Maria da Feira

ÍNDICE

Programa de Procedimento	3
ARTIGO 1º	3
ARTIGO 2º	3
ARTIGO 3º	3
ARTIGO 4º	3
ARTIGO 5º	5
ARTIGO 6º	6
ARTIGO 7º	6
ARTIGO 8º	7
ARTIGO 9º	7
ARTIGO 10º	7
ARTIGO 11º	7
ARTIGO 12º	8
ARTIGO 13º	8
ARTIGO 14º	8
ARTIGO 15º	8
ARTIGO 16º	8
Anexo I – Declaração pedida no artigo 7º, n.º 2, alínea a) do Programa de Procedimento .	9
Anexo II – Declaração pedida no artigo 11º, n.º 1, alínea a) do Programa de Procedimento	12
CADERNO DE ENCARGOS	14
PARTE I	14
ARTIGO 1º	14
ARTIGO 2º	14
ARTIGO 3º	15
ARTIGO 4º	15
ARTIGO 5º	15
ARTIGO 6º	15
ARTIGO 7º	15
ARTIGO 8º	16
ARTIGO 9º	16
ARTIGO 10º	17
ARTIGO 11º	17
ARTIGO 12º	17
ARTIGO 13º	17
ARTIGO 14º	18
ARTIGO 15º	18
ARTIGO 16º	18
ARTIGO 17º	18

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E.

ARTIGO 18º	19
ARTIGO 19º	19
ARTIGO 20º	19
PARTE II	20
ARTIGO 21º	20
ARTIGO 22º	20
ARTIGO 23º	21
ARTIGO 24º	21
ARTIGO 25º	21
ARTIGO 26º	21
ARTIGO 27º	21

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ARTIGO 1º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a concessão de espaço para exploração de serviço de máquinas de venda automática, nas 3 Unidades do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, constituído por 2 lotes, sendo um lote respeitante à Unidade de Santa Maria da Feira, situada na Rua Dr. Cândido de Pinho e outro lote respeitante à Unidade de Oliveira de Azeméis, situada no Largo Riso Terra em Oliveira de Azeméis e Unidade de S. João da Madeira, situada na Rua da Misericórdia, em S. João da Madeira, nos termos fixados nas Clausulas Técnicas Especiais do Caderno de Encargos, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser renovado até ao limite de 3 (três) anos.

ARTIGO 2º

Entidade Pública Contratante

1. A Entidade Pública Contratante é o **Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E.P.E. (CHEDV)**, com sede na Rua Dr. Cândido de Pinho – 4520 - 211 Santa Maria da Feira, com o número de telefone (00351) 256 379 735, e correio eletrónico: concursos@chedv.min-saude.pt.
2. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração (CA) do CHEDV em 08.11.2017, ao abrigo das suas competências próprias definidas no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.

ARTIGO 3º

Concorrentes

Podem apresentar Propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 4º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será efetuada por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com o seguinte modelo de avaliação:

Lote 1 – Unidade de Santa Maria da Feira

- a) Compensação mensal - 50%, aferida por 2 componentes com a seguinte ponderação:
 - **Componente fixa – 25%:** Renda mensal no valor mínimo de 1.600,00€;

- **Componente Variável – 25%:** Percentagem sobre o valor mensal da faturação a qual não poderá ser inferior a 30%.

Para efeitos de apresentação da percentagem solicitada na componente variável indica-se uma estimativa da faturação anual dos equipamentos no valor de € 67.000,00.

b) Mérito técnico da proposta – 30%

- **Configuração Estética – 25%**

Será avaliada a adequabilidade da solução proposta pelo concorrente, quanto ao modo de implementação dos equipamentos nos espaços, decoração, tratamento de imagem gráfica e forma de exposição dos produtos;

- **Número de reposições diárias dos produtos – 5%**

- Mais que uma reposição diária – 5%
- Uma reposição diária – 1%

c) Prazos – 20%

- **Prazo de resposta a pedidos de intervenção por avaria ou reposição extraordinária – 15%**

- Menos de 2 horas – 15%
- Prazo de 2 horas ou superior – 3%

- **Prazo de Instalação dos equipamentos prontos a funcionar – 5%**

- Menos de 5 dias – 5%
- Prazo de 5 dias ou superior – 1%

Lote 2 – Unidade de Oliveira de Azeméis e Unidade de S. Joao da Madeira

- **Compensação mensal - 50%:** Percentagem sobre o valor mensal da faturação a qual não poderá ser inferior a 35%.

Para efeitos de apresentação da percentagem solicitada na componente variável indica-se uma estimativa da faturação anual dos equipamentos no valor de € 6.500,00.

a) Mérito técnico da proposta – 30%**• Configuração Estética – 25%**

Será avaliada a adequabilidade da solução proposta pelo concorrente, quanto ao modo de implementação dos equipamentos nos espaços, decoração, tratamento de imagem gráfica e forma de exposição dos produtos;

• Número de reposições diárias dos produtos – 5%

- Mais que uma reposição diária – 5%
- Uma reposição diária – 1%

b) Prazos – 20%**• Prazo de resposta a pedidos de intervenção por avaria ou reposição extraordinária – 15%**

- Menos de 2 horas – 15%
- Prazo de 2 horas ou superior – 3%

• Prazo de Instalação dos equipamentos prontos a funcionar – 5%

- Menos de 5 dias – 5%
- Prazo de 5 dias ou superior – 1%

2. A classificação final de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de apreciação, bem como dos coeficientes de ponderação dos mesmos, resultará do somatório das pontuações obtidas nesses fatores.

3. Em caso de igualdade de ordenação usar-se-á como critério de desempate o valor da compensação mensal, se ainda assim o empate persistir, será utilizado o valor obtido na valia técnica da proposta.

ARTIGO 5º**Esclarecimentos e visita ao local**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Convite e Caderno de Encargos do Ajuste direto, são da competência do Júri.
2. Os interessados podem solicitar pedido de esclarecimentos através do endereço eletrónico referido no artigo 2.º, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Os esclarecimentos serão prestados pelo mesmo meio previsto no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 6º**Apresentação e abertura de Propostas**

As propostas deverão ser remetidas através de correio eletrónico para o endereço concursos@chedv.min-saude.pt até às **17h:00m do dia 29 de novembro de 2017**.

2. A data limite fixada no ponto anterior pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada nos termos definidos no artigo 64º do CCP.

ARTIGO 7º**Documentos que Acompanham a Proposta**

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Sem prejuízo de outros elementos que possam ser exigidos nas Cláusulas Técnicas Especiais a proposta deverá **obrigatoriamente** ser composta pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa de Procedimento, que deverá ser assinada pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar;
 - b) Documento que contenha:
 - i. Compensação a pagar mensalmente:
Lote 1 – Componente variável com o valor mínimo admissível de 1.600€ (mil e seiscentos euros) e Percentagem sobre o valor das vendas realizadas mensalmente, que não poderá ser inferior a 30%;
Lote 2 - Percentagem sobre o valor das vendas realizadas mensalmente, que não poderá ser inferior a 35%;
 - c) Listagem de produtos, que deverá obedecer ao disposto no Despacho nº 7516-A/2016, de 06 de junho de 2016 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, e respetivos preços a praticar pelo concessionário.
 - d) Descrição do método e do tipo de documentos comprovativos a entregar ao CHEDV para aferição da faturação mensal dos equipamentos;
 - e) Prazo de instalação dos equipamentos, que não poderá ser superior a 20 dias.
3. A proposta deve ainda obedecer ao seguinte:
 - a) O preço não deve incluir o IVA e é indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este em caso de dúvida ou divergência;

- b) A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável;
- c) Ser assinada pelo concorrente ou seus representantes;
- d) Os documentos e a proposta propriamente dita são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

ARTIGO 8º

Propostas Variantes

1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes, pelo que cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.
2. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações ao Caderno de Encargos do Concurso.

ARTIGO 9º

Análise das Propostas e relatório do júri

1. O Júri procede à análise das propostas e exclui as propostas que não cumprem as exigências fixadas nas peças do procedimento.
2. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente Programa de Procedimento, o qual será submetido a audiência prévia dos concorrentes.
3. Cumprido o disposto no número anterior, o processo é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

ARTIGO 10º

Negociação

Os concorrentes com propostas admitidas poderão ser chamados para negociação presencial anterior à adjudicação.

ARTIGO 11º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve enviar ao Serviço de Compras os seguintes documentos de habilitação, no prazo concedido para o efeito aquando da comunicação de adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Programa de Procedimento e do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- iii. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos de todos os titulares de órgãos sociais da Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções e da empresa;
- iv. Certidão Permanente da empresa ou o respetivo código de acesso à mesma.

ARTIGO 12º

Caução

Nos termos do nº 2 do art.º 88º do CCP é dispensada a prestação de caução.

ARTIGO 13º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 14º

Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de cinco dias, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

ARTIGO 15º

Limitações

Os concorrentes, incluindo as entidades integradas num agrupamento, deverão assegurar a manutenção do sigilo em relação a todos os documentos e factos que tomem conhecimento no âmbito e relacionados com a prestação de serviços.

ARTIGO 16º

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o previsto no Código dos Contratos Públicos.

Anexo I – Declaração pedida no artigo 7º, n.º 2, alínea a) do Programa de Procedimento

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos

e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E.

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II – Declaração pedida no artigo 11º, n.º 1, alínea a) do Programa de Procedimento

Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória; (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E.

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

1. **CHEDV** – Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E.P.E
2. **CA** – Conselho de Administração
3. **Caderno de Encargos** – O Caderno de Encargos do Procedimento
4. **CCP** – Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 149/2012, de 12 de julho;
5. **Contrato** – Contrato a celebrar na sequência da adjudicação e efetuar no âmbito do Procedimento;
6. **Órgão competente para a decisão de contratar** – CA do CHEDV
7. **Entidade Adjudicante** – CHEDV
8. **Procedimento** – N.º 05/00001.73/2018;
9. **Proposta** – A proposta apresentada ao Procedimento pelo adjudicatário;
10. **Objeto do Contrato** – o constante do artigo 2.º do presente Caderno de Encargos.
11. **Adjudicatário** – entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

ARTIGO 2º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento que tem por objeto a concessão de espaço para exploração de serviço de máquinas de venda automática, nas 3 Unidades do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, constituído por 2 lotes, sendo um lote respeitante à Unidade de Santa Maria da Feira, situada na Rua Dr. Cândido de Pinho e outro lote respeitante à Unidade de Oliveira de Azeméis, situada no Largo Riso Terra em Oliveira de Azeméis e Unidade de S. João da Madeira, situada na Rua da Misericórdia, em S. João da Madeira, a colocar nos termos fixados nas Cláusulas Técnicas Especiais do Caderno de Encargos.

ARTIGO 3º**Prazo de Vigência do contrato**

O contrato entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da assinatura e terá a duração de **1 (um)** ano, podendo ser renovado até ao limite de **3 (três)** anos.

ARTIGO 4º**Condições de Pagamento**

A quantia a pagar pelo adjudicatário será paga em prestações mensais, até ao dia 8 de cada mês na Tesouraria do CHEDV.

ARTIGO 5º**Sigilo**

1. O concessionário deve guardar sigilo sobre toda a informação, documentação técnica, não técnica, comercial ou outra, relativa ao CHEDV, de que possa ter conhecimento ao abrigo da execução do contrato.
2. A informação e documentação não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à concessão de exploração de serviço de máquinas de venda automática.

ARTIGO 6º**Obrigações da entidade adjudicante**

1. O CHEDV deve disponibilizar os espaços confinados à colocação das máquinas de venda automática, que constituem os locais de execução do contrato.
2. Garantir a cedência dos espaços e o fornecimento da eletricidade necessárias ao funcionamento dos equipamentos necessários.

ARTIGO 7º**Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem ainda para o concessionário as seguintes obrigações:
 - a) Efetuar o pagamento mensal ao CHEDV, EPE do valor acordado, nos termos da sua proposta;
 - b) Informar o concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento da atividade concedida;
 - c) Obter todas as licenças necessárias e autorizações necessárias para o exercício da atividade do objeto do contrato;
 - d) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução da concessão, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à completa execução das tarefas a seu cargo;

- e) Assegurar a limpeza das instalações e tratamento adequado dos resíduos;
- f) Submeter a autorização prévia do Conselho de Administração do CHEDV, EPE a tabela de preços e qualquer variação da tabela de preços acordada;
- g) Comercializar produtos que contribuam para uma alimentação saudável (com baixos índices de açúcar e baixo teor de lípidos), dando cumprimento ao preconizado no Despacho nº 7516-A/2016, de 06 de junho de 2016 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, bem como a quaisquer outras determinações legais ou regulamentares que venham a ser aprovadas quanto à referida matéria.
- h) Listagem de produtos, que deverá obedecer ao disposto no, e respetivos preços a praticar pelo concessionário.
- i) Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que advenham para o CHEDV do funcionamento ilegal das referidas máquinas.
- j) Enviar ao Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E.P.E. a lista de máquinas que irão introduzir nas instalações do CHEDV, EPE;
- k) Assumir todos os danos provocados a terceiros pela utilização das máquinas, que são da sua exclusiva propriedade;
- l) Atender a todas as reclamações devidas ao mau funcionamento da(s) máquina(s), bem como às relacionadas com a qualidade/frescura dos produtos servidos;
- m) Assegurar a manutenção, a assistência técnica e a limpeza das máquinas;

ARTIGO 8º

Cessão da Posição Contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante e vice-versa.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente Concurso;
 - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o Cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

ARTIGO 9º

Penalidades

1. A falta de pagamento da compensação mensal no prazo fixado implica uma penalidade correspondente a 50% do seu valor.
2. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, o CHEDV pode exigir do concessionário o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia em que for excedido pelo concessionário, o prazo fixado para implementação de qualquer medida ou de correção de procedimentos irregulares constatados pelo CHEDV, EPE, o concessionário ficará sujeito ao pagamento de pena pecuniária correspondente a 5% sobre o valor da compensação mensal fixa e variável.

ARTIGO 10º**Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

ARTIGO 11º**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

ARTIGO 12º**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e eventuais anexos.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato a celebrar, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.

ARTIGO 13º**Forma da Prestação de Serviços**

1. Para acompanhamento da execução do contrato e se o CHEDV assim o entender, o concessionário fica obrigado a manter, com a periodicidade que vier a ser definida, reuniões de coordenação com os representantes do CHEDV, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes.

2. O concessionário fica também obrigado a apresentar aos representantes do CHEDV, informação ou relatórios específicos sobre aspetos relacionados com a execução do contrato, desde que solicitados por escrito pelo concedente.

ARTIGO 14º

Prazos da Prestação de Serviços

1. O concessionário obriga-se a concluir e executar a concessão com respeito por todos os termos e condições das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e no estrito cumprimento dos prazos fixados nos documentos do procedimento e na proposta.
2. Os prazos fixados poderão ser prorrogados a requerimento do concessionário, desde que por motivos devidamente fundamentados e aceites pelo CHEDV.

ARTIGO 15º

Resolução do Contrato por Parte do CHEDV

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o CHEDV pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de se verificar falta de pagamento de duas prestações.
2. Constituem ainda causas rescisórias, designadamente:
 - a) A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;
 - b) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem ou afetem a qualidade dos géneros ou o normal funcionamento das máquinas;
 - c) A oposição às visitas ou operações de verificação e controlo;
 - d) A falta de cumprimento em devido tempo, das suas obrigações contratuais;
3. O CHEDV pode ainda resolver o contrato no caso do prestador violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

ARTIGO 16º

Resolução do Contrato por Parte do Concessionário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o concessionário pode resolver o contrato, quando por facto imputável ao CHEDV lhe seja vedada a possibilidade de executar o objeto contratual.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pelo concessionário ao CHEDV e produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o CHEDV regularizar a situação que impedia a execução do contrato.

ARTIGO 17º

Despesas

1. Todas as despesas inerentes à celebração do Contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.
2. São também encargos do Adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da Proposta.

ARTIGO 18º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

ARTIGO 19º

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Santa Maria da Feira.

ARTIGO 20º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

ARTIGO 21º

Encargos do Concessionário

1. São da responsabilidade do concessionário os encargos com:
 - a) Seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e responsabilidade civil;
 - b) Outras despesas inerentes à concessão objeto de concurso, nomeadamente com:
 - i. Aquisição, instalação e manutenção do equipamento;
 - ii. Limpeza das máquinas;
 - iii. Tratamento de resíduos.
 - c) O fornecimento de eletricidade necessária ao funcionamento das máquinas, é da responsabilidade do CHEDV, EPE,
2. O concessionário assume todos os riscos inerentes à detenção e utilização dos equipamentos objeto deste contrato, assim como de todos os riscos que neles tenham comprovadamente origem.

ARTIGO 22º

Lista do Equipamento e sua Localização

1. O concessionário fica obrigado, a colocar os seguintes equipamentos e nos seguintes locais:

Lote 1- Santa Maria da Feira

<ul style="list-style-type: none"> <u>Unidade de Santa Maria da Feira</u> 	Equipamento
Urgência	Café (1) Bebidas (1) Snaks (1)
Interior da Urgência (P/ Colaboradores)	Snacks (1) Café (2)

Lote 2- Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira

<ul style="list-style-type: none"> <u>Unidade de Oliveira de Azeméis</u> 	Equipamento
Urgência Básica	Snacks (1) Café (1)
<ul style="list-style-type: none"> <u>Unidade de S. João da Madeira</u> 	
Urgência Básica	Snacks/Café (1)
Entrada Principal	Café (1)

ARTIGO 23º**Pessoal**

1. O concessionário fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação e às condições de trabalho do seu pessoal nos termos da legislação aplicável, bem como pela disciplina e aptidão profissional do mesmo e pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos, material e a terceiros.
2. O pessoal deverá observar as regras de higiene individual próprias dos manipuladores de alimentos, no decorrer de todas as operações inerentes à sua atividade.

ARTIGO 24º**Interdições**

1. Não é permitida a comercialização de tabaco, nos termos da Lei nº37/2007, de 14 de Agosto – Lei do Tabaco.
2. Não é permitida a comercialização de qualquer tipo de bebida alcoólica.
3. O CHEDV reserva-se o direito de não autorizar a exposição e venda de artigos que atentem à moral e bons costumes.
4. O concessionário fica impedido de utilizar o espaço cedido para outro fim que não o previsto no objeto do procedimento e do contrato.

ARTIGO 25º**Preços**

1. As alterações dos preços praticados e a inclusão de novos produtos durante a vigência do contrato, carecem de autorização do CHEDV, EPE;
2. A não observância deste requisito implica a aplicação das penalidades.

ARTIGO 26º**Tratamento de Resíduos**

1. Devem ser mantidos em local recatado, abrigado e facilmente higienizado.
2. Devem ser corretamente acondicionados em contentores, e os mesmos mantidos em bom estado de conservação, funcionamento e devidamente higienizados.
3. As recolhas devem ser diárias ou, pelo menos, com uma periodicidade suficiente para evitar a acumulação de resíduos.

ARTIGO 27º**Verificação e Fiscalização**

1. A atividade de verificação da presente “prestação de serviço” será avaliada, quantitativamente e qualitativamente, por representante nomeado pelo CHEDV, EPE, não podendo o adjudicatário recusar ou obstruir esta verificação.
2. As operações de verificação, exercidas pelo representante do CHEDV, EPE ou, caso se justifique, pelos organismos oficiais ou privados competentes, têm por objetivo comprovar:

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA NO CENTRO HOSPITALAR DE ENTRE O DOURO E VOUGA, E.P.E.

- a)** A higiene e limpeza de todos os equipamentos utilizados pelo concessionário devendo este acatar as instruções do hospital relativamente a produtos e métodos;
 - b)** A higiene e asseio dos funcionários do concessionário;
 - c)** A conformidade da qualidade dos produtos comercializados;
 - d)** A conformidade dos prazos de validade dos produtos comercializados;
 - e)** A conformidade da quantidade dos géneros incorporados em alguns produtos (sandes por exemplo);
 - f)** A implementação de medidas corretivas às não conformidades, sob pena de acionar o Artigo 9º - Penalidades Contratuais.
- 3.** Todos os encargos com substituição, devolução ou destruição dos géneros, que após verificação devam ser rejeitados, serão suportados exclusivamente pelo concessionário.